

---

**O ENSINO DA HISTÓRIA INDÍGENA NO BRASIL: A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS  
ORIGINÁRIOS DA DITADURA A ERA DIGITAL**

---

**THE TEACHING OF INDIGENOUS HISTORY IN BRAZIL: THE PEOPLE'S REPRESENTATION  
ORIGINATORS FROM THE DICTATORSHIP TO THE DIGITAL AGE**

---

**LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA INDÍGENA EN BRASIL: LA REPRESENTACIÓN DEL PUEBLO  
ORIGINARIOS DE LA DICTADURA A LA ERA DIGITAL**

---

Larissa Dias Reis (FEUC-FIC)<sup>1</sup>  
Scheyla Taveira da Silva Taveira da Silva (FEUC-FIC)<sup>2</sup>  
Daniella Cristine da Silva Alvim (UFRJ)<sup>3</sup>

**RESUMO**

No intuito de me unir às vozes em defesa de um ensino decolonial de História, o presente artigo tem como objetivo pensar o ensino da História indígena no Brasil, analisando, por um viés comparativo, a maneira como os povos originários eram representados em livros didáticos do período da ditadura militar e como são representados em livros didáticos atuais. Sob a luz de Darcy Ribeiro (2006), Burke (2000), Preziosi e Hoornaert (2000) e Grupioni (1992), trago reflexões acerca da influência que ambos momentos históricos têm na elaboração dos materiais didáticos, que carregam os discursos identitários vigentes de cada período, trazendo também para a análise políticas públicas e práticas pedagógicas do passado e do presente. Para somar às discussões, trago para o centro jovens ativistas indígenas e suas produções artísticas, sobretudo da etnia Pataxó, que vêm ressignificando as redes sociais como espaços de luta e resistência, tornando-se líderes expoentes de suas comunidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** História do Brasil; Ensino de História; História Indígena. Cibercultura.

**ABSTRACT**

In order to join the voices in defense of a decolonial teaching of History, this article aims to think about the teaching of indigenous history in Brazil, analyzing, in a comparative way, how the Brazilian indigenous peoples were represented in textbooks of the military dictatorship period and how they are represented in current textbooks. Under the light of Darcy Ribeiro (2006), Burke (2000), Preziosi and Hoornaert (2000) and Grupioni (1992), I bring reflections on the influence that both historical moments have on the elaboration of didactic materials, which carry the current identity discourses of each period, also bringing to the analysis public policies and pedagogical practices of the past and present. To add to the discussions, I bring to light young indigenous activists and their artistic productions, who have been re-signifying social networks as spaces of resistance, becoming exponent leaders of their communities.

---

**Submetido em:** 30/06/2023 – **Aceito em:** 28/07/2023 – **Publicado em:** 04/08/2023.

<sup>1</sup> Graduada de Licenciatura em História pela Faculdades Integradas Campo-grandense (FEUC-FIC).

<sup>2</sup> Historiadora. Doutoranda e mestre em História pela UFRJ.

<sup>3</sup> Mestranda no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PIPGLA) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em Letras Português-Literaturas pela UFRJ, atuou como bolsista CAPES de Iniciação à Docência (PIBID - Literaturas), com experiência na área de formação do leitor literário.



**KEYWORDS:** Brazilian History; History teaching; Indigenous History; Ciberculture.

#### RESUMEN

Con el fin de unir las voces en defensa de una enseñanza decolonial de la Historia, este artículo tiene como objetivo pensar la enseñanza de la Historia indígena en Brasil, analizando, a través de un sesgo comparativo, la forma en que los pueblos originarios fueron representados en los libros de texto de la época de la dictadura militar y cómo se representan en los libros de texto actuales. A la luz de Darcy Ribeiro (2006), Burke (2000), Preziosi y Hoornaert (2000) y Grupioni (1992), traigo reflexiones sobre la influencia que ambos momentos históricos tienen en la elaboración de materiales didácticos, portadores de la identidad actual. discursos de cada época, trayendo también al análisis políticas públicas y prácticas pedagógicas del pasado y del presente. Para sumar a las discusiones, traigo al centro a jóvenes activistas indígenas y sus producciones artísticas, especialmente de la etnia Pataxó, que han ido resignificando las redes sociales como espacios de lucha y resistencia, convirtiéndose en exponentes líderes de sus comunidades.

**PALABRAS CLAVE:** Historia de Brasil; Enseñanza de la Historia; Historia Indígena; Cibercultura.

## INTRODUÇÃO

Há no senso comum a ideia de que a educação é a única solução para o país, e essa afirmação não está errada. De fato, a educação é o caminho. Porém, essa afirmação tão banal é passível de problematização quando pensamos nas noções de educação e de solução, variáveis conforme o viés ideológico que temos como referência. De que educação estamos falando? Uma educação tradicional focada em regras, na moral e nos bons costumes, pensada pela e para a classe dominante branca? Ou em uma educação questionadora e centrada na justiça social? Além disso, ao afirmar que a educação é a solução, é preciso pensar qual ou quais são os problemas que devem ser solucionados. Como professora de história, a Educação que defendo aqui parte de princípios democráticos, decoloniais e de luta por igualdade étnica e racial.

Pensar no ensino de História tradicional é pensar em uma elite branca privilegiada que construía a narrativa acerca do país e possuía acesso à educação formal, colocando-se como protagonista dos fatos históricos. Em contrapartida, aqueles que estavam à margem desse protagonismo eram a maioria populacional que, por sua vez, não tinha acesso à educação, ocupando lugar de submissão – ou até mesmo sofrendo um apagamento – na história que estava sendo contada, sendo obrigada a absorver a narrativa da classe dominante e, conseqüentemente, a se adequar ao conceito de nação construído pelo outro.

Dentro dessa perspectiva, por assumir, como educadora, uma postura decolonial no ensino de história, sobretudo no que se refere à abordagem dos povos indígenas e sua importância na construção do que conhecemos como Brasil, trago no presente artigo uma análise comparativa entre livros didáticos do período da ditadura militar, mais precisamente de 1971, e um da

atualidade, de 2017, olhando para a maneira como os povos indígenas foram representados nesses materiais e o espaço que foi dado a eles, pensando nos impactos que isso teve no ensino e na formação de um imaginário coletivo.

## INDÍGENAS ATRAVÉS DOS TEMPOS

Os primeiros relatos sobre os povos originários da América retratam os indígenas de maneira padronizada como seres belos, fortes, livres, “sem fé, sem rei e sem lei”, e as descrições feitas pelos primeiros europeus a terem contato com os nativos da América conotam deslumbramento sobre “o outro”, em uma descrição do “índio” como ser inocente, puro, nus como os primeiros humanos bíblicos no paraíso cristão.

Se Caminha os descreve sempre em termos altamente positivos, comparando-os, velada ou abertamente, aos habitantes do Jardim do Éden, outros autores, vivenciando um outro momento histórico, nos brindarão com descrições negativas ressaltando a crueldade e selvageria dos naturais da terra. (GRUPIONI, 1992, p.41)

Depois desse primeiro contato que denota curiosidade pelo que era novo e proximidade entre esses dois povos completamente distintos, a colonização rompeu com a primeira visão do que seriam “índios” puros, comparados aos habitantes do Éden, a partir do momento em que conceitos culturais e interesses se divergiam. Assim, o europeu difundiu a ideia de que os indígenas eram selvagens, logo, cabia aos nativos absorver a cultura europeia para tornarem-se civilizados. Grupioni (1992) explica essa mudança de perspectiva ao afirmar que

A visão idílica já não era mais possível aos olhos escolásticos europeus que viam costumes inaceitáveis entre os pagãos – poligamia, canibalismo, idolatria. (...) Com os costumes já melhor conhecidos, os cristãos se vêem convivendo com pessoas cuja ‘civilização’ mais se aproxima do paradigma de ‘selvageria’. (GRUPIONI, 1992, p.41)

Sobre essa nova perspectiva, se justificava a escravização, evangelização e o extermínio das diferentes etnias dos povos originários durante os séculos que se sucederam, o que culminou na redução brusca da população indígena.

Os portugueses, que se julgavam os novos donos da terra, não respeitavam a vida comunitária dos povos que aqui viviam. Entravam nas aldeias, roubavam e destruíam roças e obrigavam os indígenas a trabalhar como escravos. Essa situação era tão dura que muitos morriam de doenças ou de tristeza. Outros entregavam-se a bebida para esquecer os sofrimentos do cativo. Muitos também fugiam para regiões inacessíveis aos colonos, tentando preservar sua identidade. (PREZIA E HOORNAERT, 1944, p.111)

Essa era – e ainda é – a situação dos povos indígenas por séculos. Pensando já no período do século XX, em 1910, devido a pressões internacionais, o governo criou um Serviço de Proteção aos Índios e de Localização dos Trabalhadores Nacionais, o que posteriormente foi separado, ficando apenas o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A intenção desse serviço era a demarcação de terras, mas isso não acontecia de forma favorável para os povos indígenas, pois estes não eram considerados aptos a tomarem decisões importantes, por isso, eram tutelados pelos funcionários da SPI. Essa visão do Estado em relação aos indígenas gerava inúmeros problemas, principalmente devido ao fato de não enxergar o indígena como um cidadão merecedor de direitos.

Em pouco tempo o SPI transformou-se numa máquina oficial, invadida pela corrupção e violência. O idealismo de Rondon enfrentou uma dura realidade: a sociedade brasileira não tinha interesse em preservar as nações indígenas. Seu trabalho de “pacificação” era usado para atender às necessidades dos empresários e fazendeiros, e não para defender os direitos dos povos indígenas. (PREZIA; HOORNAERT, 2000, p.198)

Foi criado pela Lei 5.371, de 5 de dezembro de 1967, a Fundação Nacional do índio (FUNAI). Segundo a Constituição Brasileira, a FUNAI é o órgão indigenista oficial do Brasil. Esse órgão atualmente tem como missão: “coordenar e executar as políticas indigenistas do Governo Federal, protegendo e promovendo os direitos dos povos indígenas. Também são atribuições da Funai: identificar, delimitar, demarcar, regularizar e registrar as terras ocupadas pelas nações indígenas, promovendo políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas e reduzindo possíveis impactos ambientais promovidos por agentes externos nessas terras; Além disso, também tem como um de seus objetivos prover, aos indígenas, o acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania, como o direito à seguridade social e à educação escolar indígena.”

Em princípio a Funai procurou melhorar a imagem tão desgastada da política oficial do governo brasileiro. Mas nosso país estava entrando em um dos períodos mais sombrios da República, com a implantação, a partir de 1964, de uma ditadura militar que iria durar mais de vinte anos.” (PREZIA; HOORNAERT, 2000, p.199)

O período sombrio citado pelos autores ao falar da Ditadura Militar no Brasil é o ponto de partida para a análise deste artigo. Fazendo uma alusão ao contexto histórico mundial, a Guerra Fria era a disputa ideológica entre duas grandes potências através de dois sistemas opostos, o capitalismo e o socialismo, por isso, o Brasil recebia influência direta dos Estados Unidos e da ideologia capitalista e isso se refletia diretamente na educação e na forma como os indígenas eram vistos pelo governo.

A ideia de capitalização dos territórios no intuito de expandir a urbanização era a base política do período, nesse contexto, os indígenas eram vistos como um atraso e constantemente pressionados para se inserirem no mercado de trabalho. Deste modo, a Funai foi utilizada como ferramenta para manipular os indígenas a favor dos interesses dos latifundiários.

Para permitir a colonização das matas do vale do Guaporé, a Funai num gesto de “generosidade” demarcou uma reserva de um milhão de hectares para os índios Nambikuara. Demarcou-a, contudo, não eram terras férteis, e sim uma árida chapada dos Parecis. (PREZIA; HOORNAERT, 2000, p.202)

Ainda segundo Prezias e Hoornaert (2000, p.198), a política do governo de incentivo a ocupação trouxe aventureiros e pessoas para a região amazônica, que sem escrúpulos massacraram populações indígenas com meios desumanos, como exemplo a morte por arsênico e dinamite dos Cinta-Larga.

## A MUDANÇA DE REPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS

Para trazer uma comparação de como o ensino de História vem mudando ao longo do tempo, trago aqui como recorte para exemplificar o ensino tradicional o período histórico da ditadura militar, que durou de 1964 a 1985. Nele, temos que a ideia de progresso estava relacionada aos bens de consumo, e a inserção no mercado de trabalho era um dos aspectos principais da política do país.

O trabalho concebido como instrumento de progresso pessoal e social, como um serviço à Pátria e à humanidade, realizado com irmãos, colaborando com a obra criadora e redentora de Deus, é algo que se deve levar muito a sério, é algo que se deve encarar com muita responsabilidade. (Galachi, Zanuy e Pimentel, 1971, p.143)

De início, é importante compreender como se estruturam os livros didáticos que estavam de acordo com o programa governamental da época. Analiso dois livros didáticos do ano de 1971 e como essa estrutura ideológica estava diretamente ligada a forma como os indígenas eram vistos pelo Estado, são eles: 1) *Construindo o Brasil: educação moral, cívica e política* (GALACHE et. al., 1971) e 2) *Educação moral, cívica e política* (MICHALANY; RAMOS, 1971).

Vale ressaltar que esses livros eram destinados aos estudantes do Ensino Médio e utilizados em uma disciplina escolar chamada de Educação moral cívica e política, introduzida nas escolas

durante a vigência do Regime Militar. Outro fator a ser compreendido, era a organização em que se estruturavam os temas propostos: analisando o índice dos dois livros, é possível notar uma similaridade dos temas: o homem e a sua vida social com o conceito de família e religião pautada nos valores cristãos, deixando claro a organização de uma família patriarcal, a visão da construção do Brasil perante esses valores sociais, culturais e econômicos e qual deveria ser o papel do cidadão dentro dessa mentalidade.

É preciso estar atento que os conceitos culturais, econômicos e religiosos dos indígenas estavam na contramão do modelo que deveria ser seguido segundo o Estado. A ausência do debate sobre a diversidade cultural dos indivíduos brasileiros era uma tentativa de propagar a ideia de uma nação homogênea. Sobre isso, vejamos um trecho do livro 2, intitulado *Educação Moral e Cívica*:

O Estado pode reclamar os maiores sacrifícios de um povo; mas cada um, individualmente, atende a seu apêlo em nome da pátria da nação. Às vezes, o chamado do Estado é atendido até mesmo pelos que lhe são contrários: essa adesão, porém, é dada unicamente em nome da pátria. (MICHALANY; RAMOS, 1971, p.72)

Apenas esse livro, dentre os dois mencionados, cita os povos originários do Brasil, em um subtítulo chamado: Formação étnica do povo brasileiro (p. 98), em que há um texto que é iniciado com o descobrimento e exaltando a importância dos portugueses na construção do Brasil, no trecho que segue abaixo:

Sendo o português o elemento preponderante no Brasil Colônia, não só em razão de sua supremacia política, mas também pela superioridade cultural, sua influência na formação étnica do Brasil foi bem maior que a das outras duas raças. (MICHALANY; RAMOS, 1971, p.98)

Vale dizer que as “outras duas raças” citadas em questão são negros e indígenas, que sequer foram mencionados explicitamente na frase. No trecho em que cita os povos indígenas de forma explícita, é possível perceber como esses povos são colocados como inferiores e culturalmente atrasados por seus costumes, como é possível ler no trecho do livro 2 abaixo:

Dos três elementos que constituíram basicamente o povo brasileiro, os indígenas foram sem dúvida os possuidores da cultura mais atrasada. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, nossos silvícolas ainda se encontravam na *fase da pedra lascada*. Divididos em inúmeras tribos, levavam uma vida primitiva e nômade; praticavam uma agricultura rudimentar, cultivando o *milho* e a *mandioca*; fundamentalmente, porém, viviam da caça e da pesca. (MICHALANY; RAMOS, 1971, p.99)

Deste modo, é possível conectar os acontecimentos citados na seção anterior, sobre invasões em territórios indígenas durante a ditadura militar com a ideologia dos livros didáticos do período, e notar duas questões problemáticas: 1) a ideia de a nação estar acima do bem

individual; e 2) os indígenas serem entendidos como povos atrasados, que pouco agregavam para construção do país. Essa mentalidade só comprimia ainda mais a luta dos indígenas por seus direitos, deixando-os mais vulneráveis aos ataques que sofriam.

O ensino de História Pátria ou História regional nas escolas primárias, após a instauração do regime republicano, integrou os novos programas curriculares com o objetivo explícito de sedimentar uma identidade nacional capaz de justificar o predomínio de uma política oligárquica sobre uma população composta por escravos, indígenas e mestiços despossuídos de bens e de propriedades. (BITTENCOURT, 2018, p.127)

Posteriormente, durante o Regime Militar os indígenas ingressaram nas lutas a favor da democracia e em busca de direitos constitucionais, e apesar do longo retrocesso da ditadura, “os povos indígenas estão vivos e retomaram suas lutas e organizações. Já em 1974 começaram a realizar as assembleias de líderes indígenas, apoiadas pelo Cimi, e esse foi o momento da retomada da organização indígena no Brasil” (PREZIA; HOORNAERT, 2000, p. 200). A partir desse momento, os povos indígenas se movimentavam incansavelmente para ocupar lugares de representatividade política visando a defesa de seus interesses em detrimento dos interesses dos atuais governantes que ignoravam as necessidades dos povos indígenas.

O período da transição política ocorrida em nosso país, com o fim do regime militar em 1985 e com a implantação da chamada Nova República, produziu um endurecimento na política indigenista oficial. Os militares afastados do governo, exigiam um espaço maior da política de fronteira, segundo os critérios da doutrina de Segurança Nacional. (PREZIA; HOORNAERT, 2000, p.208)

Em 1987, durante a Assembleia Constituinte, Ailton Alves Lacerda Krenak, líder indígena, ambientalista e escritor brasileiro considerado uma das maiores lideranças do movimento indígena do Brasil, mais conhecido como Ailton Krenak, protagonizou um dos discursos mais marcantes da história de resistência dos povos originários, em que ele pintava de pasta de jenipapo o seu rosto como um ato de luto para enfatizar o que ele considerava ser um retrocesso nas conquistas indígenas do país.

No ano de 1988, quando a nova Constituição foi aprovada, duas mudanças significativas para os povos indígenas foram alcançadas, e “(...) os pontos aprovados garantiam importantes conquistas para os povos indígenas, fruto de uma pressão direta de suas lideranças e do trabalho discreto, mas eficiente, dos grupos de apoio.” (PREZIA; HOORNAERT, 2000, p.209). A primeira mudança era considerar a identidade indígena, rompendo com o ideal de que eles necessitavam evoluir e desaparecer para se adequarem à sociedade, e a segunda se tratava do direito de demarcação de terras, reconhecendo os indígenas como primeiros habitantes do Brasil.

A partir dessa mudança na Constituição foi necessário buscar outros caminhos para se reescrever a história dos povos indígenas, um caminho decolonial.

O movimento decolonial propõe a busca por ações e formas de pensar que emanem da própria cultura local, ressaltando-a perante os processos de globalização que silenciam aqueles que pertencem aos grupos “subalternos”. (SILVA; BICALHO, 2018, p. 248)

As mudanças sociais foram acontecendo junto com as mudanças na Constituição brasileira. Por isso, o ensino da História Indígena, foi implementado e assegurado pela Lei nº 11.645 de março de 2008. Desta forma, a reformulação dos livros didáticos no que tange a História dos povos indígenas foi notória. Atualmente, podemos observar que temas transversais como: cultura, religião e respeito à diversidade são propostos pelos livros didáticos, e essa mudança de perspectiva na abordagem da história indígena impacta na forma como os povos passam a ser vistos.

Para exemplificar, vejamos o livro didático História Passado e Presente: dos primeiros humanos ao renascimento, volume 2, (AZEVEDO; SERIACOPI, 2017). O capítulo 4 (p. 57) do livro começa a falar dos povos indígenas, e logo de início já se diferencia dos livros do ano de 1971 pelo título: “Os portugueses chegam a Pindorama”. Pindorama é associado a indígenas como o nome que eles chamavam as terras que hoje são chamadas de Brasil, e a construção dessa frase põe em evidência o nome indígena, além da escolha vocabular por “chegar”, não “descobrir”, o que indica que as terras já estavam ocupadas antes da chegada dos europeus. A página inicia com os quatro parágrafos abaixo:

É a mesma coisa que a gente chegar na casa de alguém e falar: ‘eu descobri essa casa’. É com essa analogia que o jovem Charlie Peixoto procura desconstruir o evento que ficou registrado em nossa história como “descobrimento do Brasil pelos portugueses em 1500”.

Charlie é um dos quatro componentes do Brô MC 's, um grupo de rap criado em 2009 para valorizar a cultura indígena por meio da música jovem. As letras são cantadas em guarani e em português.

Não é porque cantam rap, sertanejo, samba ou por morarem em áreas urbanas que essas pessoas deixam de ser indígenas. Afinal, o que constitui nossa identidade como povo ou grupo social são valores de pertencimento, que vão muito além das fronteiras geográficas ou das músicas que cantamos.

Neste capítulo vamos conhecer o processo de colonização das terras que hoje pertencem ao Brasil e perceber alguns dos graves problemas que a população indígena vem enfrentando desde a chegada dos europeus. (AZEVEDO; SERIACOPI, 2017, p. 57)

É possível perceber, logo no começo do texto, a mudança de perspectiva ao se falar da História do encontro entre os indígenas e os europeus. Outro ponto interessante a ser ressaltado é que, a partir de uma frase de um jovem compositor indígena, o diálogo com o leitor é traçado, já quebrando estigmas que antes eram associados aos indígenas, como por exemplo a construção da identidade pautada pelo atraso e ausência de civilização, agora é colocada agora como uma identidade pluricultural que também passou por mudanças ao longo do tempo.

Depois, o texto direciona o leitor para o cenário dos povos indígenas, falando da cultura, línguas e cotidiano de alguns povos, também ao passado e fala da colonização. No livro do professor, a página possui uma indicação que orienta o educador sobre a forma de abordar a temática em sala de aula, observe o trecho: “Professor(a), veja no Procedimento Pedagógico deste capítulo uma proposta de atividade alternativa que visa discutir a questão da luta indígena pela terra no presente” (AZEVEDO; SERIACOPI, 2017, p. 64).

Outro ponto relevante, é que houveram mudanças não só no ensino regular como também no ensino indígena. SILVA (2020) cita o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Kijêtxawê Zabelê, do povo Pataxó, para explicitar como a educação é entendida e organizada por eles, preceitos gerais presentes em todas as escolas dessa etnia:

O presente Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Indígena Pataxó Kijêtxawê Zabelê é um instrumento intercultural, específico, diferenciado e referenciado nos meios de vida, de organização e de produção de conhecimento, das identidades, das relações de alteridade, democraticamente discutido e elaborado, legitimado pelas organizações comunitárias locais, pelas lideranças, pelos mais velhos, pelos jovens e crianças (PPP, 2010, p. 11. In: SILVA, 2020, p. 30)

Dessa forma, cabe ao educador a função, enquanto especialista, de pesquisar e se informar sobre as questões étnicas e culturais, exercendo o papel social de um aliado às causas indígenas do país.

## CONEXÕES COMO NOVA FORMA DE RESISTÊNCIA

Quando se pensa em ambiente educacional, automaticamente se pensa na escola e na sua estrutura tradicional mais rígida, principalmente na sala de aula. Porém, é possível construir debates educacionais fora do ambiente escolar no intuito de dialogar com questões atuais, com o avanço tecnológico esse espaço foi ampliado e ressignificado através da internet. Por isso, as redes sociais estão sendo utilizadas como ferramenta educacional, através de vídeos e imagens que proporcionam um acesso mais rápido do que os livros didáticos utilizados na sala de aula. Assim, recorro a Paulo Freire, ao dizer que “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros

inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História” (1996, p.51).

Desta forma, muitos indígenas estão usando desse espaço para propagar a sua arte, a sua luta e consequentemente ensinar sobre a sua cultura. Um objeto cultural que tem sido constantemente divulgado como cibercultura é a música. Analisando a música Mãos Vermelhas, da cantora Kaê, da etnia Guajajara, que está sendo constantemente compartilhada por jovens nas duas redes sociais Tik Tok e Instagram com vídeos que remetem à ancestralidade indígena com o trecho:

Chamam de pardos pra embranquecer  
Enfraquecer e desestruturar você  
Pra não saber de onde veio  
E conta a história da bisa, da sua bisa que era índia  
E não é branco, nem preto  
Nem indígena o suficiente, pelos fiscais de ID  
Ninguém é ilegal em terra roubada  
(Kaê Guajajara - Mãos Vermelhas)

Pode-se dizer que o acesso às questões indígenas e de reconhecimento identitário tem se tornado cada vez mais amplo conforme os indivíduos começam a compreender a si mesmos como parte dessa estrutura heterogênea que constitui o Brasil. À medida em que os povos indígenas avançam questionando esses espaços de pertencimento dentro da estrutura social, os indivíduos que muitas vezes não enxergavam os indígenas como parte importante na sua ancestralidade começam a questionar as lacunas que existem na sua própria história genealógica. Segundo Prezina: “Foi também significativa retomada da consciência étnica. Muitos povos perderam o medo e assumiram sua identidade indígena” (PREZINA; HOORNAERT, 2000, p.222).

De acordo com os índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os povos indígenas têm aumentado de forma significativa, e isso não está relacionado apenas com o índice de natalidade, mas com o aumento da autodeclaração. Esse fenômeno, segundo o próprio site oficial do instituto<sup>4</sup>, é chamado de "etnogênese" ou "reterritorialização". Por isso, ao relacionar esses dados crescentes às movimentações educacionais, podemos associar que o ensino decolonial tem possibilitado que a população brasileira questione e reivindique a sua ancestralidade que antes havia sido abandonada como uma estratégia de sobrevivência.

É importante salientar que de acordo com o IBGE, os indicadores mostram que a região que mais concentra indígenas urbanos é a região nordeste é possível relacionar que as etnias que

---

<sup>4</sup> Site oficial do IBGE:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14204-asi-entre-1991-e-2010-populacao-indigena-se-expandiu-de-345-para-805-dos-municipios-do-pa> is. Acesso em: 08/10/2022

possuem maior movimentação na internet e que possui influenciadores digitais com maior número de seguidores são de etnias que residem nessa região logo evidencia que a forma como a vivência desses indígenas no meio urbano mostra que as pessoas não indígenas acessam esse conteúdo e absorvem essas narrativas. Nesse sentido, pensando também na ancestralidade dos indígenas urbanos, a música O retorno, da indígena Souto MC, que possui ancestralidade com a etnia Kariri, exemplifica de maneira bastante clara essa questão:

Não vão mais roubar, não vão mais ousar  
Da história de um povo se apropriar  
Cocar não é enfeite ou brinquedo,  
Se exige respeito, repensa antes de usar  
Não deixamos de ser o que somos por conta de um celular  
(Souto MC - O retorno)

Para compreender de forma mais profunda a construção dessas músicas e a visibilidade que elas ganharam entre os jovens é importante saber um pouco mais sobre as duas compositoras em questão. As duas possuem descendência indígena, mas residem em dois grandes centros urbanos do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo respectivamente, em regiões periféricas.

Essas compositoras conseguiram resgatar as suas origens e dar voz a debates indígenas atuais travados principalmente nas redes sociais. Além disso, o uso do rap como ritmo escolhido para compor as canções, de forma implícita busca denunciar a realidade daqueles que são negligenciados e esquecidos pelo Estado que é o caso dos indígenas que habitam as periferias dos grandes centros urbanos, estes por sua vez são sempre questionados sobre a sua identidade.

Recentemente, no dia primeiro de janeiro de 2023, o presidente Luís Inácio Lula da Silva tomou posse do seu terceiro mandato, neste evento, a cantora citada anteriormente Kaê Guajajara participou do show de abertura junto com os outros rappers indígenas. É interessante ressaltar que algumas dessas músicas foram cantadas em línguas indígenas. Após o evento de posse o debate sobre assuntos como a preservação das línguas dos povos originários se tornou ainda mais palpável. Pela primeira vez na História do Brasil em uma cerimônia presidencial os indígenas tiveram um espaço de visibilidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, observou-se que quando o ensino de história não tinha como ponto central refletir sobre questões étnico-raciais, como no livro do período da ditadura militar analisado (MICHALANY; RAMOS, 1971), grande parte da população não conseguia se enxergar como descendentes dos povos indígenas. Assim, podemos dizer que o ensino de



história influencia a maneira como os alunos veem o mundo e, conseqüentemente, como as pessoas se percebem enquanto sociedade futuramente.

Os dados étnico-raciais do IBGE ao longo dos anos evidenciam a questão do autorreconhecimento da população como parte de uma etnia quando apontam um crescimento da população indígena: em 1991, em 34% dos municípios do Brasil residia pelo menos 1 indígena, já em 2010, esse número subiu para 80,5%<sup>2</sup>. Através dessa informação, podemos pensar em fatores que fizeram com que os dados mudassem de forma tão expressiva, uma delas foi, por exemplo, a chegada do censo em regiões mais isoladas dos grandes centros.

A mudança de perspectiva no ensino escolar de história não foi, de fato, o único agente para que isso acontecesse, mas podemos considerá-la também importante, visto que atinge diretamente as crianças e jovens que, mesmo vivendo em zonas urbanas, agora reconhecem sua ancestralidade.

Vale ressaltar que, mesmo com um longo caminho ainda a ser percorrido para que o ensino de história seja centrado nas minorias, é notório que a área já deu passos importantes, e isso se reflete no livro didático de 2017 aqui analisado (AZEVEDO; SERIACOPI, 2017), que chama atenção para informações sobre línguas, culturas e cotidiano indígena, além de orientações para o professor abordar essa temática. Nós, enquanto professores, temos o dever de produzir novas ferramentas de luta e resistência que surgiram com a era digital, podemos, como educadores, incorporá-las em nossas salas de aula o ativismo indígena nas redes.

Por tudo o que foi abordado, vemos que a nova História tem proporcionado um ensino da história indígena cada vez mais amplo, pois, retomando Chimamanda Ngozi Adichie, “as histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (ADICHIE, 2019, p. 16).

Finalizo este artigo destacando que temos ainda muito a avançar, mas que é nosso dever continuar na luta diária em prol de uma Educação etnicamente igualitária, decolonial, democrática e inclusiva, pois educar é sobre ressignificar práticas culturais e sociais que já não fazem mais sentido.



## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O Perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. *História Passado e Presente: dos primeiros humanos ao renascimento*. Volume 2. São Paulo: Editora Ática, 2017.

BITTENCOURT, Fernandes. *Reflexões sobre o ensino de História*. Revista Estudos Avançados, av. 32 (93). São Paulo, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BREIS, L. *Ensino Decolonial aos educadores do campo: uma perspectiva da licenciatura em educação do campo da UFPR*. Revista Divers@!, UFPR, v. 14, n. 2, p. 46, 2021.

BURKE, P. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DAVIS, S. H. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA KIJÊTXAWÊ ZABELÊ. *Projeto Político-Pedagógico*. Prado: 2010.

FERREIRA, M. K. L. *Ideias matemáticas de povos culturalmente distintos*. São Paulo: Global Editora. FAPESP: MARI, 2002.

FREIRE, C. A. da R. *A construção do Brasil e a causa indígena*. Brasília: Abravideo, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir. *Educação e Poder: Introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

GALACHE, G.; ZANUY, F.; PIMENTEL, M. T. *Construindo o Brasil: educação moral, cívica e política*. 2. ed. São Paulo: ed. Loyola, 1971.

GRUPIONI, L. D. B. (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Global editora, 1992.

Kaê Guajajara Part. DJ Bieta - Mãos Vermelhas | Sofar Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P9aAhuJLnt0>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MICHALANY, D.; RAMOS, C. de M. *Educação moral, cívica e política*. 2 ed. São Paulo: Editora Michalany, 1971.

ORSO, P. J.; RODRIGUES GONÇALVES, S.; MARIA MATTOS, V. (orgs.). *Educação e lutas de classe*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

PREZIA, Benedito Antônio Genófre; HORNAERT, E. *Brasil indígena: 500 anos de resistência*. São Paulo: FTD, 2000.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2006.

SILVA, K.; BICALHO, P. *Uma abordagem decolonial da história e da cultura indígena: entre silenciamentos e protagonismos*. Revista Crítica Cultural – Critic, Palhoça, SC, v. 13, n. 2, p. 245-254, jul./dez. 2018.

SILVA, V. L. da. *PPP da Escola Estadual Indígena Kijêtxawê Zabelê: a narrativa de um sonho*. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 50, n. 3, nov. 2019/fev. 2020, p. 29–72.

SILVA, V. L. da. *Fogo de 51: Uma narrativa da dor do povo pataxó da Bahia*. REVISTA ESCRITA, v. 2013, n. 16, 10 set. 2013.

SOUTO MC - Retorno. Álbum *Ritual*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eqAzP96ZMSo>>. Acesso em: 28 ago. 2022.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.